

Organização de moradores numa perspectiva de necessidades radicais *

Com a constituição de uma nova ordem institucional, a década de 80 é palco de atuação de uma diversidade de movimentos sociais, voltados principalmente aos direitos fundamentais de amplos setores sociais, bem como ao direito das minorias.

A ação coletiva de parte dos movimentos se detém na busca de reconhecimento e atendimento de suas demandas pontuais, enquanto que outros vão mais além, buscando a construção de uma ordem social e política mais democrática.

No espaço urbano, especialmente nos centros maiores, observa-se o surgimento ou dinamização de movimentos junto aos setores populares que reivindicam ao poder público, bens e serviços para o atendimento de suas necessidades básicas, organizados principalmente a partir dos bairros ou locais de moradia. Tais organizações, com o processo de transição política, vão alterando o seu padrão de relação com o Estado, adotando formas de interação abertas à negociação, embora sujeitas às contradições inerentes a esse momento político. Nesse processo, a preocupação com a autonomia passa a adquirir maior relevância para parcela significativa desses movimentos, particularmente com a abertura de espaços de participação de alguns organismos estatais.

É nesse contexto de reativação da sociedade civil que se pretende analisar a experiência de uma organização de moradores do município de Florianópolis, ligada à Comissão de Associações de Moradores da periferia, que representa uma das tendências das entidades comunitárias do município.

Trata-se de uma organização criada a partir de um programa estatal de desenvolvimento de comunidade e que consegue alterar de forma significativa a sua estrutura e o padrão de ação coletiva, constituindo-se en-

Kathia T. Müller* *

* Este trabalho é síntese da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, 1992. Orientador: Paulo Krischke.
** Mestre em Sociologia Política/UFSC; Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

quanto movimento. Nessa perspectiva, identifica-se com o que Éder Sader denomina de sujeito coletivo enquanto indica uma “coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e vontades, constituindo-se nessas lutas” (1988:55).

As forças desses movimentos sociais são as carências ou as necessidades insatisfeitas, de acordo com Agnes Heller. Com esse entendimento, privilegiou-se a temática das necessidades na análise da organização de moradores do Mont Serrat. Parte-se do pressuposto de que o conceito de necessidades pode ser operado como uma categoria analítica no estudo dos movimentos sociais, podendo elucidar aspectos importantes de sua constituição e trajetória. Coerentemente com o contexto teórico helleriano, este conceito apresenta um caráter de mediação entre processos micro e macrosociais, considerando a mútua e complexa interação entre estruturas e sujeitos.

Com o suporte teórico indicado, foi realizado um estudo de caso junto ao Conselho Comunitário do Mont Serrat, que tem se destacado pela liderança junto às organizações de moradores da periferia do município, bem como pela iniciativa em projetos de auto-gestão. Tal estudo pretendeu verificar a relação entre sistema de necessidades e os processos vivenciados pela organização, que motivaram a sua articulação com outras organizações e movimentos populares.

Para proceder à investigação, foi considerada como hipótese

principal do trabalho, que no interior dessa associação – que busca formas alternativas de organização e de atendimento de suas necessidades básicas – se desenvolvem também “necessidades radicais”, ou seja, necessidades qualitativas que orientam para uma forma de vida que se opõe às relações de subordinação e do domínio (Heller, 1982:133). Ao mesmo tempo foram tomados como indicadores dessas necessidades: (1) as tentativas de democratização das relações e práticas do Conselho Comunitário, que expressam em sua própria estrutura, organização e dinâmica interna, numa perspectiva de descentralização e de ampliação da participação nos processos decisórios; (2) as experiências de auto-organização para o atendimento a necessidades básicas, em torno das quais se constituiu a organização e que expressam reação ao caráter excludente do modelo econômico e social vigente; (3) e o estabelecimento de relações com o poder público em que fica manifesto o questionamento dos fins das políticas públicas, bem como das formas centralizadoras de poder.

Sistemas de Necessidades: de Marx a Heller - Nas obras de Marx, o conceito de necessidades ocupa uma posição relevante, especialmente em suas teorias econômicas, embora não tenha se preocupado em sistematizá-lo. Para o autor, a satisfação das necessidades, seja qual for a sua natureza, “proveniente do estômago ou da fantasia”, é a condição sine qua non para qualquer mercadoria, sendo seu valor-de-uso (capacidade de prover necessidades) o que lhe permite adquirir valor-de-troca (Marx, 1980:41-3).

Marx entende as necessidades como condicionadas social e historicamente, tendo cada sociedade um sistema próprio e característico, o qual somente pode ser interpretado no conjunto das relações sociais (Heller, 1978:30-3). Este sistema de necessidades não se constitui como uma estrutura autônoma sobre os membros de uma classe ou sociedade, mas é interiorizado de maneira individual. Dessa forma, as necessidades sociais são sempre as necessidades que o homem particular reconhece e sente como suas (Ibid.:82).

Procedendo a um resgate do indivíduo e da subjetividade, Agnes Heller desenvolve a discussão sobre necessidade, a partir de uma reelaboração do conteúdo marxiano. Conceitualiza necessidade como “desejo consciente, aspiração, intenção dirigida em todo momento para certo objeto e que motiva a ação como tal”, sendo que o “objeto em questão é um produto social¹, independente do fato de que se trata de uma mercadoria ou de um modo de vida” (1988:170). Para Heller, a objetivação social e as necessidades estão sempre em correlação, sendo que a objetivação social delimita o âmbito e a extensão das necessidades dos homens de um determinado grupo social, de uma determinada sociedade.

Como decorrência, as necessidades são entendidas como pessoais, na medida em que “só as pessoas desejam conscientemente algo, aspiram possuir algo”, mas também sociais, tendo em vista que “o objeto de toda necessidade vem ‘proporcionado’ pela objetivação social. (Ibid.:170). Entende a autora que nas sociedades pré-capitalistas

baseadas em comunidades orgânicas, era a comunidade que desenvolvia a hierarquia de valores que regulava a satisfação de necessidades e o indivíduo aceitava em maior ou menor grau o sistema de necessidades que lhe era atribuído. No entanto, isto não é mais possível na sociedade atual, onde se antepõe um complexo sistema de mediações entre o indivíduo e a sociedade, resultando na existência de hierarquias de necessidades pessoais bastante diversificadas (1988:173-4).

Heller recupera de Marx o conceito de necessidades radicais, entendendo por radicalidade a crítica à sociedade baseada nas relações de subordinação e domínio (1983:140). No entanto, enquanto Marx identifica as necessidades radicais às necessidades da classe operária, que tenha alcançado consciência de sua missão histórica, Heller entende que o processo de transformação deve ser buscado por novas vias, que passam por mudanças profundas nos modos de vida, e o que pode ser verificado empiricamente em movimentos contraculturais, em movimentos de comunidade, entre outros. Nessa perspectiva, todos os grupos, estratos sociais que expressam conhecimentos radicais podem se tornar sujeitos de mudanças sociais (1982:33). A ação emancipatória, assim, torna-se difusa, onde grupos diferenciados de atores atuam em distintas esferas sociais.

São as necessidades radicais ou qualitativas as que possibilitam uma reestruturação do sistema de necessidades, mas este processo não acontece de um dia para outro, sendo resultado, portanto, de uma revolução lenta e molecular (Ibid: 137).

Heller aponta o desenvolvimento de necessidades radicais, fundadas em valores universais, como norteadora de uma lógica democrática das relações sociais. Entende que os valores de vida e liberdade e o valor condicional da igualdade são universais, na medida em que "podem formar todo tipo de opiniões relacionadas com todos os tipos e formas de interações humanas, instituições, formas de vida que são definidas como bens, como valiosas" (Heller e Feher, 1989: 172). E nessa perspectiva, todas as aspirações humanas que se baseiam na igualdade e no reconhecimento livre e mútuo das pessoas - independentemente de serem relativas às relações entre sexos, amigos, associados, cidadãos - estão compreendidas no valor da autodeterminação.

Segundo a autora, "sentir-se satisfeito em uma sociedade insatisfeita" não significa a satisfação de todas as necessidades concretas. Recupera de Weber e Kant a idéia de que, diferentemente dos antepassados, o homem já não pode morrer "saciado de vida", na medida em que não consegue lograr tudo o que almeja. No entanto, o homem moderno pode superar sua situação de contingência, tornando-se sujeito de seu próprio destino (Ibid:178). Dessa forma, "ao viver nossas vidas de um modo ou de outro, ao fazer opções, ao eleger uma ou outra profissão, ao dedicar-se a uma coisa ao invés de dedicar-se a outra, ao viver com determinada pessoa e não com outra, excluimos da realização certas possibilidades, ao tempo que realizamos outras" (Ibid:177). E quando nos damos conta de que não desejávamos ter feito outra escolha senão aquilo que

temos realizado, então temos desenvolvido nossas "autênticas possibilidades" e deixamos de ser contingentes.

A busca da autodeterminação pode se dar concentrando-se no desenvolvimento das próprias habilidades ou projetando a autodeterminação dos demais ao mesmo tempo que a de si próprio (Ibid:180).

O melhor caminho para mudar a situação de contingência, atesta a autora, é outorgar prioridade à satisfação das necessidades de autodeterminação, sem renunciar, contudo, a satisfação dos desejos (necessidades quantitativas). E isto supõe enfrentar-se com um contexto, tentando mudá-lo até onde seja possível, na direção que resulte em maior autodeterminação. Este processo não está isento de frustrações, considerando a discrepância entre expectativas e experiências. Mas "se ao menos nossos contatos íntimos e amistosos se baseiam em uma reciprocidade simétrica, no respeito mútuo e em uma causa e alguns objetivos, já teremos criado um espaço social de autodeterminação no qual nossa própria necessidade como a dos demais (...) podem contribuir para o incremento da autodeterminação em grupos de bases mais amplas, assim como nas instituições (Ibid:190).

Movimentos Sociais, Necessidades Radicais e Ética Democrática - Os movimentos sociais se originam, segundo Agnes Heller, em torno de um sistema de necessidades: são as carências insatisfeitas, independentemente de sua natureza (social, política ou cultural) as forças motoras dos movimentos (1985:214).

*O processo de adesão de uma pessoa a um movimento é consequência de sua particular estrutura de necessidades, o que supõe uma dimensão subjetiva na determinação da carência. Segundo Nunes (1989:80) “a percepção da carência supõe (...) uma ‘prática sensível’ de um sujeito, que a percebe ou, em outras palavras, é sua criação, invenção ou intuição”.*²

Por outro lado, a constituição dos movimentos em diferentes níveis e dimensões, supõe a percepção de carências comuns. Segundo Durhan (1984:27) “é a carência que define a coletividade possível, dentro da qual se constituem a coletividade efetiva dos participantes do movimento”. Nesse sentido, considerando a diversidade de necessidades ou carências, os movimentos sociais constituem coletividades também muito diversificadas entre si (de moradores, mulheres, negros, ecologistas, homossexuais, aposentados, etc).

A mobilização de pessoas ou grupos, em torno de um problema decorrente da insatisfação de necessidades requer segundo Heller, um processo de transformação do carecimento enquanto “ausência” no carecimento enquanto “projeto” (1982:137). Se alguém está insatisfeito com alguma situação e expressa isso a outras pessoas, suas palavras podem cair em campo fértil - quando outros também estão insatisfeitos - e o sentimento de que uma situação é injusta se amplia, bem como a pretensão de sua superação (1977:97).

Nas sociedades modernas, as necessidades e os desejos podem aparecer como “exigências”, ou seja, as pessoas com necessidades

*exigem a sua satisfação e “ao proclamar essas exigências, as pessoas traduzem suas insatisfações pessoais em linguagem pública, em linguagem de justiça e de igualdade” (1989:173). Nesse sentido, os movimentos sociais tendem a politizar temas sociais, convertendo problemas privados em questões públicas.*³

Heller rejeita uma visão teleológica dos movimentos que a priori os concebe como portadores de novos valores ou como atores privilegiados da transformação social. Sua análise, com base num relativismo condicional, permite identificar os movimentos sociais segundo a radicalidade ou não de suas demandas. Nesse sentido, vislumbra a potencialidade emancipadora de alguns movimentos, contribuindo para a “decadência ou decrescimento das forças de dominação” (1985:214). E considerando “o caráter descentrado do sistema social”, entende que as ações emancipadoras não têm que centrar-se na mudança de um único centro dominante e omnímodo, senão que devem levar-se a cabo em todos os sistemas e subsistemas, em todas as esferas da sociedade, incluída a vida cotidiana” (1989:184). A ação emancipadora se torna assim difusa, não havendo mais necessidade de que o conjunto dos atores, que objetivam a emancipação, somem suas forças sobre um único centro organizador, o que possibilita que grupos diferenciados de atores atuem em distintas esferas sociais.

Nessa perspectiva, entende que “os que estão comprometidos com a democracia estarão insatisfeitos com o presente estado de coisas, no qual a lógica democrática está ainda

limitada em um grau muito reduzido, e subordinada à lógica da industrialização e do capitalismo” (1989:163). E a partir dessa insatisfação, alguns se sentirão motivados, juntamente com outros também insatisfeitos, a atuar em alguns espaços sociais, no sentido de criar dinâmicas dirigidas a uma radicalização da democracia.

Heller procura mostrar que a modernidade ocidental, da forma como se encontra, não exclui a possibilidade de uma ampliação da autodeterminação, e o fato de as sociedades modernas terem perdido seus centros organizadores (não desconsiderando a relevância do Estado na reprodução das relações sociais) oferece maiores possibilidades para projetos de democratização. Esta perspectiva é bastante distinta da proposta pela ortodoxia marxista, que via a tomada do Estado como central para a sua proposta emancipatória.

Os processos de uma dinâmica de democratização podem ser agrupados em duas modalidades: os que são desencadeados em uma instituição, em um projeto, em uma esfera cultural, etc; e os que são desencadeados em um aspecto da vida e em nível de várias instituições. Os primeiros podem ser verificados em fábricas, oficinas, escolas, comunidades agrícolas, associações autogestionadas, bem como em outras práticas, projetos e movimentos em que os envolvidos são partícipes efetivos nas decisões. Já os segundos processos são de maior amplitude, abarcando objetivos transinstitucionais, como é o caso do feminismo, o qual é definido pela autora como um dos movimentos mais significativos para

a autodeterminação nos últimos tempos (1989:187).

Em suma, a releitura que Agnes Heller procede de Marx, com incisividade no tema das carências, transcende em seus resultados a perspectiva marxiana, seja pela tentativa de sistematização, o que possibilita a utilização desse referencial como um enfoque analítico dos movimentos sociais, seja pelo desdobramento político, apresentando alternativas compatíveis com uma perspectiva pluralista, e portanto aberta, de transformação social.

Seguindo este enfoque na análise dos movimentos sociais na América Latina, e considerando a exigência de ele ser devidamente contextualizado, é possível identificar um nexó dialético entre necessidades existenciais (de sobrevivência) e necessidades radicais (de autodeterminação) nas práticas empreendidas por vários movimentos, o que lhes confere uma potencialidade ofensiva e emancipadora. A potencialidade se efetiva precisamente na constituição de experiências que contribuem para a deslegitimação das várias forças de dominação e para o fortalecimento das instituições democráticas, bem como na constituição de novos modos de vida, fundamentados no desenvolvimento de necessidades qualitativas. E essa radicalidade, incorporada à demanda dos movimentos, é o que lhes atribui autonomia, e o que lhes possibilita resistir à neutralização pela ordem capitalista.

É com esse suporte teórico que faremos uma análise de uma organização de moradores de Florianópolis, que tem se destacado

na periferia da cidade pela reorientação de sua dinâmica interna para a realização de projetos de autogestão, e pela crítica das formas centralizadoras de poder.

As Organizações de Moradores no Município de Florianópolis

A evolução histórica das organizações de moradores em Florianópolis está marcada pelo entrecruzamento complexo de diversos atores sociais e políticos com distintos interesses, compromissos e perspectivas de ação, cuja dinâmica tem refletido, em maior ou menor grau, sobre a orientação interna de cada organização. Nesse processo ressalta-se o papel desempenhado pela ação governamental e pela Igreja Católica no fomento das mobilizações comunitárias, bem como a articulação entre as diferentes organizações e movimentos de moradores que têm se constituído no espaço urbano com vistas a um exercício coletivo de cidadania e que tem marcado a experiência do Conselho Comunitário do Mont Serrat.

Política Estadual de Formação de Conselhos Comunitários - A gênese das organizações de moradores no município resultou de um projeto acadêmico do Curso de Serviço Social, que se desenvolveu no decorrer da década de 60 e 70. Com o Governo Estadual de Antônio Carlos Konder Reis (1975-78) foi definida uma política de ação comunitária, a partir de um decreto assinado em 1977, que tratava da criação e funcionamento dos conselhos comunitários no Estado de Santa Catarina. Este decreto se inseria entre as estratégias do II

Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do regime militar, que previa a realização de políticas redistributivas concomitantes ao processo de crescimento econômico, no qual se incluía o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (1975). Tal política buscava uma base de legitimidade social, antecipando ao mesmo tempo mecanismos que possibilitassem um controle das formas de organização da população.⁴

O "Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e Funcionamento dos Conselhos Comunitários", que implementava o referido projeto, foi desenvolvido pela Supervisão de Ação Comunitária (SAC), órgão ligado ao Gabinete do Governador, passando a partir de 1979, no governo de Jorge Konder Bornhausen (1979-82), para a responsabilidade da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade (FUCADESC).

O conselho comunitário era concebido como uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja estrutura e funcionamento deveria se adequar a um estatuto-padrão⁵. Em 1979, outro decreto ampliou a participação no programa para outras formas de organização comunitária, permanecendo, porém, no processo de formalização dessas organizações, a homologação do estatuto e da diretoria pelo Governador do Estado.⁶

Havia um conjunto de procedimentos metodológicos necessários para a organização de um conselho comunitário em determinado bairro ou localidade e freqüentemente o interesse partia de alguns "cabos eleitorais" dos partidos governantes ou por

cobrança do próprio poder público que condicionava o atendimento de reivindicações de moradores ao seu encaminhamento por uma organização local reconhecida (conselho comunitário).

Durante o período de vigência dessa política de formação e acompanhamento dos conselhos comunitários, sob responsabilidade da FUCADESC (Estado) e Prefeitura (durante determinado tempo), outras organizações de moradores foram surgindo de forma mais independente, ou por influência da Igreja Católica em áreas de periferia.

Atuação da Igreja e a formação de Associações de Moradores - A partir do final da década de 70 e começo de 80, várias frentes de trabalho pastoral começaram a se desenvolver em comunidades da periferia do município. É interessante notar que, com exceção do Mont Serrat, onde foi criado um conselho comunitário, as demais áreas da periferia ficaram descobertas por esse programa governamental de desenvolvimento de comunidade, tendo sido priorizados os bairros e as comunidades do interior da Ilha, deixando-se, portanto, um espaço aberto para a atuação da Igreja.

Fundamentados na Teologia da Libertação, esses grupos de religiosos ou de leigos, com perspectivas de certa forma distintas, pretendiam assumir um papel de animadores de um processo em que a população se tornasse sujeito de sua "caminhada" (como se referem), motivados pela ética cristã. O ideal de uma vida digna a todos os cristãos legitimava a luta cotidiana pelo atendimento de suas necessidades concretas, assumindo a

prática pastoral e estratégia política de contribuir para a conquista dos direitos sociais, por parte dos setores populares.

Nos encontros entre grupos pastorais, organizados pela Coordenação das CEBs de Florianópolis, uma das diretrizes (a partir de determinado momento) foi o apoio às organizações de moradores e o incentivo à formação de associações em comunidades ainda não organizadas. A luta pela terra, tema de várias discussões, foi uma questão concreta assumida pelas comunidades da periferia do município, que contou com o apoio e assessoria da Comissão de Justiça e Paz e da Comissão do Solo Urbano, ambas ligadas à Igreja, a partir de 1984 e 1985, respectivamente.

A Comissão do Solo Urbano acabou se desarticulando, sendo criado em 1987, o Centro de Apoio e Promoção do Migrante (CAPROM), por iniciativa também de setores da Igreja. Entretanto, divergências quanto à linha de ação da entidade provocaram uma ruptura interna do grupo, passando o CAPROM a ter uma atuação mais independente e se afastando de setores com posições mais assistencialistas de trabalho popular⁷. O CAPROM (desativado anos mais tarde) prestava assessoria ao Movimento Sem Teto e dava apoio especial às ocupações de terra, que passaram a acontecer de forma coletiva e organizada no município.

Também nessa época foi fundado o Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), uma associação civil que também tem por objetivos prestar assessoria aos movimentos populares. Liderada pelo padre do Mont Serrat, o CEDEP tem atuado na formação

política de lideranças das comunidades e assessoria na criação e desenvolvimento de organizações populares, tais como associações de moradores, movimentos diversos (ligados à educação, saúde, terra, mulher, desemprego), cooperativa de consumo e outras.⁸

Embora a Igreja Católica popular no Brasil vem tendo sua ação restringida sob várias formas e condicionada a buscar novas estratégias para o trabalho pastoral, em Florianópolis, vem contribuindo para a mobilização dos moradores, especialmente da periferia do município e atuando como mediadora na articulação de suas organizações.

Articulação das Organizações de Moradores - Formação da UFECO e da Comissão de Associações de Moradores - Através de um processo de aproximação entre as comunidades da periferia, que contou, com a contribuição da Igreja, suas organizações de moradores iniciaram uma articulação, principalmente a partir dos problemas de regularização da posse da terra e de infra-estrutura dessas áreas. Essa articulação adquire visibilidade num momento específico da transição política, marcado pelo início da Nova República. Um dos desdobramentos da nova configuração político-institucional do país foi a eleição direta dos prefeitos das capitais, gerando expectativas de mudanças em nível local e a mobilização das organizações de moradores. Algumas associações mais independentes e organizações da periferia reuniram-se para a elaboração de uma parcela conjunta de reivindicações ao Prefeito eleito

(PMDB) e procuravam negociar formas de participação das organizações nessa gestão.

A nova demanda emergente dessas organizações de "participação com autonomia", se situa entre a crise de um modelo de institucionalização das organizações de moradores (modelo este que se inicia com a política de formação dos conselhos comunitários) e a estruturação gradativa de um novo padrão de interação com essas organizações, na tentativa do poder municipal de se adequar às novas formas e demandas dessas organizações.

Aumenta, consideravelmente nessa época (1986) o número de associações de moradores no município, contanto também com o estímulo da nova administração, surgindo em alguns lugares de forma paralela aos conselhos comunitários.

Nesse mesmo ano, ocorreram vários encontros entre as organizações de moradores incluindo-se associações e conselhos comunitários e surgem duas comissões: uma para discutir o orçamento municipal e a outra para a formação de uma entidade federativa.

As organizações de moradores da periferia, durante o processo de discussão do orçamento municipal, avaliaram que a heterogeneidade do grupo não permitiria uma posição mais combativa e se decepcionaram também com os resultados. Por outro lado, essas organizações temiam o controle do PMDB na formação da União Municipal e resolveram se afastar das demais organizações que acabaram formando a UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias).⁹

As organizações de moradores

da periferia permaneceram de alguma forma articuladas, seja em função de algumas lutas específicas, seja pela expansão de alguns trabalhos que estavam tendo bons resultados em algumas comunidades. E em início de 1989, resolveram formar a Comissão de Associação de Moradores, com 12 organizações.

A constituição de organizações federativas em Florianópolis definiu uma nova etapa da trajetória das organizações de moradores, possibilitando a generalização de projetos de democratização e a adoção de estratégias que confere às suas demandas maior visibilidade pública.

Dentro desse contexto será analisada a experiência do Mont Serrat, apontando-se suas possibilidades e limites para um processo local de democratização social e política.

A Constituição de um Movimento Social a partir da Radicalização das Necessidades

A percepção da condição de carência generalizada, comum nas áreas da periferia do Município, levou alguns moradores do Mont Serrat a se mobilizar para a formação de uma organização, em 1978, cujo processo foi institucionalizado por um programa estatal de desenvolvimento de comunidade. O Conselho Comunitário servia de mediação entre comunidade e o poder público, ao qual eram conduzidas as expectativas de melhoria das condições de vida daquela população.

Mas, na medida em que se manifestaram na comunidade posições contrárias à forma como a

1ª diretoria vinha encaminhando os trabalhos, teve início um processo de mudanças significativas na orientação dessa organização. Não havia para o grupo que assumiu o Conselho Comunitário, em 1983, após um plebiscito, proposta clara e definida de um trabalho alternativo junto à comunidade. Mas os jovens, que passaram a assumir o processo, eram o setor da comunidade mais susceptível a mudanças e que conseguiu absorver idéias renovadoras que eram perpassadas nos trabalhos dos religiosos, desde o final dos anos 70.

Segundo estudos de Krischke e Vasconcellos (1984:68), "a reforma realizada pelas CEBs entre os setores populares tende a reforçar (quando não a criar) motivações que sustentam a emergência de uma consciência e de uma prática democrática, na organização da comunidade". Nesse sentido, a exigência por parte dos jovens descontentes, de instauração de nova eleição para a diretoria, conforme previa o estatuto, bem como de modificações do critério de participação, incluindo todos os moradores maiores de 18 anos, indicava a aspiração por uma dinâmica mais democrática no trabalho comunitário.

Por outro lado, os protestos contra a inauguração de uma obra realizada em mutirão considerando que "a comunidade é que trabalhou e as autoridades é que levavam os louros"¹⁰, representava a vontade de alguns moradores de mudar a relação de submissão ao poder público.

Nessa perspectiva, gradativamente o Conselho foi encontrando formas de encaminhar algumas questões locais por conta própria,

fazendo com que o trabalho deixasse de depender exclusivamente do poder público. O padrão de ação coletiva que predominava até então tornava o trabalho comunitário muito frágil e vulnerável às ações governamentais, sujeito à desmobilização dos moradores quando as reivindicações não eram atendidas.

A nova orientação em busca de maior autonomia da organização se observa no decorrer de três gestões da diretoria (83-85; 85-88; 88-90), as quais diferenciam-se entre si pela maior ou menor aproximação a essa perspectiva de ação.

Na dinâmica de trabalho que o Conselho passou a ter, foram se constituindo lutas reivindicatórias por demandas pontuais (carências), como saneamento básico, habitação, etc., mas também experiências originais de atendimento de algumas necessidades, como as vivenciadas na "cooperativa" de produção de sabão, de costura, de pão, ou na cooperativa de consumo de pescados e hortifrutigranjeiros.

Para o desenvolvimento dessas atividades, o Conselho foi se estruturando de forma mais descentralizada e horizontal, através da formação de grupos e comissões, o que representa "um novo modo de gerenciar as coisas da comunidade na medida em que possibilita mais descentralização do poder e maior participação" dos moradores.¹¹

Essas experiências revelam a luta pelo que Agnes Heller chama de "necessidades existenciais" ou primárias, que se baseiam no instinto de autoconservação, bem como apresentam o desenvolvimento de carecimentos que a autora denomina de "necessidades

radicais". Tratam-se de necessidades qualitativas, que se orientam para uma forma autogestionável de vida que se opõe às relações de subordinação e domínio (1983: 149).

O associativismo, dessa forma, estaria atendendo a carências de outra natureza, associadas a escolhas por "modos de viver" (Nunes, 1989: 84) que, guiadas por valores, não se traduzem apenas em "discursos ou orientações ideológicas, mas (também em) pautas de conduta, interação e modalidades de ação". (Krischke, 1989: 5).

Essa organização de moradores se aproxima à caracterização feita por SchererWarren (1987:50) dos "novos movimentos sociais", que embora "não apresentem projetos bem definidos para o futuro estão construindo as bases para uma-vida mais democrática e socializada".

Nessa perspectiva residiria a radicalidade dos movimentos sociais. A teoria de Heller sobre os movimentos 'sociais sugere que estes resignificam o conjunto das relações sociais e políticas, por receberem e reinterpretarem na sua prática as diferentes influências culturais, organizativas, religiosas e institucionais, que são redirecionadas pela radicalidade (maior ou menor) das necessidades que buscam satisfazer, através da consciência e atuação dos indivíduos que compõem esses movimentos.

Organização de Cooperativas de Produção e Consumo - O baixo nível de satisfação de necessidades básicas e a possibilidade de organizar a população em torno de uma atividade produtiva, que pudesse incrementar o seu rendimento, levaram o Conselho

Comunitário a concretizar uma proposta de formação de cooperativas, surgida nos encontros de CEBs.

Aproveitando o próprio conhecimento da população na confecção artesanal de sabão, pão, costura e outros, estimulou-se a formação de grupos de produção, contando com recursos de entidades estrangeiras, através da Igreja, e que serviu de apoio aos empreendimentos, principalmente na compra de equipamentos e na construção de locais para a realização dos trabalhos.

Os grupos de produção, no entanto, têm encontrado alguns problemas para sobreviver. O preço do que é produzido tem ficado abaixo da média do mercado para ser acessível à população, sendo o rendimento frequentemente inferior ao necessário para manter a produção. Este fato torna necessário que o trabalho seja em parte subsidiado com doações ou recursos provenientes de convênios, não garantindo a autonomia desejada. Por outro lado, a escassez de recursos tem levado a interrupções temporárias do processo produtivo (como na cooperativa de sabão), ou contribuído na desmobilização dos participantes e desarticulação do trabalho (como aconteceu na cooperativa de costura).¹²

Já a cooperativa de consumo vem se mantendo ao longo de vários anos, trazendo ganhos reais à população, através do acesso a uma alimentação mais barata no próprio morro.

Criação de uma Nova Estrutura Organizativa - Desde que foi criado, em 1978, o Conselho Comunitário funcionou com a mesma estrutura organizativa, até 1988, mas gradativamente foi surgindo idéias

de mudanças. De um lado se percebia que a estrutura vertical favorecia a centralização do poder e por outro, com a constituição de vários grupos de trabalho, sentia-se a necessidade de que esses grupos tivessem participação na estrutura do Conselho.

Surgiu então uma proposta, dentro da diretoria, de a organização ser composta por comissões que congregassem os vários grupos e por uma comissão central, formada por representantes de cada comissão.

Esta mudança, no entanto, gerou muita polêmica e redefiniu a articulação das forças na comunidade. Dois grupos passaram a disputar abertamente o poder de traçar os rumos da organização. O primeiro grupo pretendia ampliar a participação na diretoria, dando "vez e voz" aos diferentes grupos da comunidade e, ao mesmo tempo, garantir uma linha de trabalho que já vinha assumindo a organização. Por outro lado, o segundo grupo, liderado por pessoas da primeira diretoria, pretendia ver recuperado um espaço de representação, controlando as prioridades da política comunitária.

Além de buscar reconhecimento junto à comunidade, ambos os grupos procuravam dar legitimidade aos processos de eleição, realizados paralelamente, através de ação na justiça (no caso do segundo grupo), ou de encaminhamento de documentação à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Comunitário (ambos os grupos) para arbitrar o conflito. A busca de um reconhecimento oficial adquiria importância estratégica a cada um dos grupos, para adquirir ou manter o status de interlocutor dos

interesses locais na alocação de recursos. O grupo que propôs as mudanças acabou permanecendo à frente da organização e o outro se dissolveu.

O trabalho ainda se ressentia da divisão provocada na comunidade com esse processo, marcado por dilemas e contradições ao qual se acrescem dificuldades de adaptação e uma nova forma de estrutura. No entanto, mesmo considerando os problemas surgidos, esta é uma experiência sem precedentes entre as organizações de moradores do município, que procura articular formas de democracia direta e de democracia representativa num desenho mais horizontal de organização.

Elaboração de uma Proposta Alternativa de Educação - Embora dispondo de um número maior de equipamentos e serviços educacionais que a maioria das comunidades da periferia, Mont Serrat também possui sérios problemas nessa área, como altos índices de evasão e de reprovação e baixo nível de desempenho escolar das crianças, não ficando distante das estatísticas nacionais.

Os problemas e carências educacionais foram adquirindo maior visibilidade com as reuniões que o Conselho Comunitário começou a promover com as entidades ligadas ao setor.

A constatação da precariedade da situação educacional no morro mobilizou educadores e alguns moradores sensíveis à questão, resultando na formação de uma Comissão de Educação. A partir dos encontros, a Comissão sentiu a necessidade de elaborar uma proposta concreta de uma nova escola, que fosse capaz de enfrentar

mais adequadamente os problemas identificados e que superasse a fragmentação do ensino na comunidade ("ilhas educacionais"). Foi elaborado então um projeto de uma escola integrada (que possibilitasse a integração entre pré-escola, 1º grau, educação complementar, esporte, curso de datilografia, etc) com a preocupação de que os programas e métodos se adequassem ao contexto local e às experiências de vida das crianças na comunidade.

O movimento desencadeado pela Comissão já tem encontrado algumas resistências internas, na comunidade, tendo em vista que as mudanças previstas alterarão a estrutura educacional, o currículo escolar, os procedimentos pedagógicos, confrontando-se aí diferentes concepções e interesses.

A Comissão, no entanto, está ciente da distância entre uma proposta que aponta alterações profundas no sistema educacional e a sua efetiva realização. No entanto, a longa jornada a ser empreendida não tem intimidado o grupo, dando continuidade a um processo que não exclui a priori a possibilidade de gerar mudanças mais "radicais".

Nesse sentido, a Comissão tem estendido as discussões do projeto para outras entidades, incluindo-se várias governamentais, e tem se articulado com experiências de outros municípios e com um movimento de educação internacional (ONG italiana). A constituição de tais redes confere a esse movimento de educação comunitária maior consistência, seja pelo intercâmbio e cooperação em termos de projeto educacional seja pelo apoio social e político,

importante para o fortalecimento de suas lutas.

Nesse processo em particular, os limites entre a comunidade, organizações da sociedade civil (Comissão de Educação, Conselho Comunitário) e instituições públicas assumem contornos menos nítidos. A visão de confronto entre a organização de moradores e o Estado cede lugar à urna perspectiva de negociação, onde a busca de apoio de profissionais e outros agentes em seu interior adquirem importância estratégica para a viabilização das mudanças pretendidas.

Não se perde de vista no trabalho da Comissão e conquista de maior autonomia da comunidade na gestão das práticas educacionais para lhe conferir não apenas mais eficiência, mas lhe atribuir um novo sentido.

Um dos temas surgidos no 2º Encontro de Educadores, promovido pela Comissão, dizia respeito às condições de desenvolvimento do educando enquanto "sujeito de educação" e esse aspecto é muito sugestivo no contexto mais amplo do trabalho, cuja preocupação tem se voltado ao processo de constituição de sujeitos. A escola se transforma, com essa referência, num espaço privilegiado de aprendizagem social, onde as crianças se sentem protagonistas do processo educacional e se preparam mais adequadamente para enfrentar os desafios de sua realidade. Ou, nos dizeres de um participante do Encontro, "as crianças que estabelecem uma relação mais verdadeira, original e criativa, têm maior possibilidade de mudar esse mundo".

Na dinâmica da organização de moradores, foi sendo ampliada a sua

rede de relações, interagindo-se com outras forças sociais e políticas, com repercussões sobre o seu processo interno e que merecem, por esse motivo, ser aprofundada.

Relação com a Igreja Popular -
O trabalho comunitário no Mont Serrat tem sido marcado por uma estreita relação com a Igreja Católica. O processo de nucleação no morro por um grupo de religiosos, no final da década de 70, ocorreu de forma paralela à organização do Conselho Comunitário. Mas, alguns anos mais tarde, com a ida de um padre para o local, o trabalho do Conselho e o da pastoral se aproximam, possibilitando mudanças recíprocas ao nível de suas práticas.

A nova perspectiva de trabalho da Igreja, tanto no Mont Serrat como em outras áreas da periferia do município, pretendia superar a tradicional visão existencialista das práticas religiosas com os pobres, voltando-se para a organização dos setores populares com vistas à participação social e política dos "cristãos" no processo de mudança de suas condições de vida.

Nessa orientação, o cotidiano se transforma num lugar valorizado, onde podem se constituir novas experiências em que a população se assume enquanto "sujeito" que reflete sobre suas condições e faz escolhas sobre questões de seu interesse. Tais práticas podem ajudar a minar o fatalismo - paradoxalmente reforçado pela religiosidade popular, e a passividade - elemento significativo na reprodução da cultura política dominante.

A aproximação com o trabalho pastoral tem possibilitado, portanto, o desenvolvimento de uma maior capacidade crítica e senso político,

tornando-se os moradores envolvidos com o trabalho do Conselho menos susceptíveis às tradicionais práticas clientelistas.

Subsiste, contudo, uma forte influência dos líderes religiosos no trabalho de organização dos moradores. Isto pode ser observado pela sua presença constante nos vários momentos do processo, como na predominância de suas posições na orientação dos trabalhos.

De acordo com Mainwaring (1988: 236), ao se analisar as experiências da Igreja popular, é comum se verificar uma distância entre o discurso e a prática, onde "o discurso que permite às classes populares tomar suas decisões é muitas vezes acompanhado de controle e orientação". A forte tradição de clericalismo deixa marcas, portanto, na conduta dos religiosos, conferindo às suas práticas ambigüidades em relação aos seus ideais democráticos e igualitários.

Coerente com esses ideais democráticos, percebe-se, por outro lado, em sua inserção no trabalho comunitário, um esforço em conviver com a diversidade de posições e orientações e em compartilhar na criação conjunta de uma linha de trabalho.

Nesse sentido, a iniciativa de criação da Comissão das Igrejas se apresenta como uma forma de reconhecimento da pluralidade de orientações de religiosidade da população e de suas formas de sincretismo, e uma maneira de afirmar o ecumenismo como uma perspectiva mais democrática. Ao mesmo tempo, representa um reconhecimento de que o movimento é mais amplo e não pode ficar restrito a uma instituição religiosa.

Além de contribuir para a

formação de novo referencial ético para o trabalho comunitário e na capacitação de moradores no encaminhamento de suas lutas, a Igreja popular no Mont Serrat colaborou sobremaneira na construção de uma estrutura física para a execução dos trabalhos, principalmente através de convênios com instituições estrangeiras, bem como incentivou e ampliou a rede de relações do Conselho com outras organizações e movimentos.

Relações com Outras Organizações e Movimentos Populares

- Através do intercâmbio com outras comunidades, o Conselho Comunitário conseguiu ampliar seus horizontes de trabalho e de luta, ultrapassando os interesses estritamente locais, onde as lutas de caráter mais geral foram se somando às lutas imediatas da organização.

No entanto, nesse trabalho conjunto com várias organizações de moradores do município (em relação ao orçamento municipal, em relação à criação de uma entidade federativa, etc.), foram se formando as diferenças em termos das necessidades que fundamentaram as suas ações, bem como as estratégias de encaminhamento dos diversos interesses em jogo. O grupo da periferia se constituía em minoria no conjunto das organizações, e percebeu que encontraria dificuldades em garantir suas prioridades (como a regularização da posse da terra) e uma posição mais combativa no processo de negociação com o poder público. Nessa relação com outras organizações, foi se configurando uma identidade própria das organizações da periferia no contraste com o outro grupo de

associações, que constituíram a UFECO.

Mesmo não se aliando a essa entidade federativa, que congrega a maioria das organizações das associações do município - em torno de 65 entidades, o Conselho do Mont Serrat foi participando gradativamente de "redes mais amplas de pressão e resistência" (Scherer-Warren: 1990), seja participando da Comissão de Associações de Moradores (da periferia), seja se articulando com o Movimento Sem-Teto, com o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, com o Movimento Negro, ou com instituições e grupos que desenvolvem um trabalho de educação popular, entre outros.

O estabelecimento dessas redes permitiu que suas demandas adquirissem maior visibilidade pública. No entanto, esse processo não tem se apresentado numa linearidade crescente, ao mesmo tempo em que os "pontos nodais" dessa trama de relações (Arditi: 1991) têm adquirido maior ou menor intensidade de acordo com cada conjuntura.

A dinâmica dessas redes, por outro lado, não é isenta de conflitos, marcada pelas diferenças em termos de necessidades, orientações, estratégias de cada organização.

Relação com os Partidos Políticos - O Conselho Comunitário em sua origem tinha uma vinculação estreita com os partidos no poder (ARENA e depois PDS e PFL), como a maioria das entidades comunitárias que foram ligadas à FUCADESC e à Prefeitura. Mas, quando a "oposição" (como alguns moradores se referem) assumiu o Conselho Comunitário, em 1983, a não vinculação partidária passou a

ser enfatizada em reuniões da diretoria ou com a comunidade. Noções de cidadania passaram a compor o imaginário e a prática do grupo, onde a liberdade de opção partidária foi sendo reconhecida como um direito de cada morador.

A candidatura de um representante do Mont Serrat para a Câmara Municipal, em 1988 (pelo PT), foi um marco importante na articulação do movimento da periferia e que tem por base um processo de resignificação da política e dos partidos políticos.

Nesse processo, os partidos deixam de ser organizações que podem oferecer bens materiais ou empregos para a população, para serem entendidos como organizações capazes de encaminhar lutas mais amplas que incidam sobre a qualidade de vida da maioria da população.

Essa candidatura, no entanto, fez emergir uma tensão entre política comunitária e política partidária no Mont Serrat, tornando pouco claros os seus limites e mais visíveis os conflitos entre ideologias na dinâmica da organização.

Por outro lado, o que era antes domínio de um partido na comunidade, foi se constituindo num espaço competitivo, onde diferentes tendências passaram a disputar o apoio dos moradores.

Embora bastante conflitivos e marcado por ambigüidades, esse processo tem resultado na constituição de um espaço mais democrático na comunidade, onde a convivência entre distintas orientações partidárias e ideológicas se tomou necessária para a manutenção do próprio grupo. Por outra parte, a evolução da identidade e da prática organizativa interna do grupo que

se articula com o processo igualmente ambíguo de constituição da esfera pública em âmbito local e nacional, onde a progressiva institucionalização da democracia abre possibilidades sempre renovadas de radicalização das necessidades.

Relação diferenciada com o Poder Público - A relação que o Conselho do Mont Serrat foi estabelecendo com o Estado foi sendo redefinida ao longo do tempo. Inicialmente, o Conselho era mais "uma instância da prefeitura na comunidade"¹³ deixando de forma gradativa esse caráter institucional mediante a produção de discursos e ações que representavam a busca de uma identidade própria.¹⁴ Uma forma de afirmação da organização (o "nós") foi através da negação de mecanismos de clientelismo e tutelação do poder público (o "outro"), sendo o protesto de inauguração de pavimentação da rua geral um fato que marcou o início desse processo.

A emergência de um contra-discurso com capacidade de criar e assimilar críticas e projeções de mudanças (Barreira, 1986:20), foi tomando corpo na dinâmica de organização, confrontando-se internamente com as formas mais tradicionais de entender a política.

Surge, nesse processo, uma ambivalência entre de um lado o sentimento "antiestado" e, de outro, a reivindicação do Estado enquanto provedor das necessidades da população (Doimo e Bank, 1986: 25). Não se deixou de pressionar os órgãos governamentais, portanto, para investimento de recursos no local mas já se tornava mais claro, em nível de representação coletiva, que a demanda da organização de

moradores era referente a direitos sociais da população. As mudanças que foram se operando indicam, assim, um processo de ressignificação dos referentes coletivos de cidadania transcendendo o seu significado político clássico. Trata-se, segundo Paoli (1989:42), de um processo de construção de uma "cidadania coletiva" fundada em práticas que buscam, de formas diversas, o reconhecimento público de suas demandas. E, nesse sentido, esse processo supõe "a negação de uma situação anterior na qual a própria noção de direitos não estava presente e, portanto, a eventual extensão das melhorias urbanas apareciam como um favor dos governantes" (Sader, 1987:19).

Mesmo havendo diferenças internas a respeito da concepção de Estado, a idéia de que ele representa os "interesses das elites" foi permeando as discussões do Conselho. Por outro lado, na relação direta com os órgãos governamentais foi se percebendo o Estado não como um bloco monolítico, de domínio exclusivo das "classes dominantes", mas como permeável ao confronto e articulação de diferentes forças políticas, embora em condições desiguais. Isso permitiu a articulação com agentes internos com vistas à sustentação política e técnica para as suas demandas.

A relação com o poder público, no entanto, vem sofrendo alterações a cada conjuntura. Assim, na administração de Edson Andrino (PMDB, 1986-88) havia uma relação com reservas com o poder municipal, no entanto, avalia-se em nível do Conselho Comunitário que nessa gestão havia um reconhecimento maior das

demandas da comunidade das associações de moradores em geral, bem como um acesso mais facilitado à prefeitura.

Já na gestão seguinte, de Espiridião Amim (PDS), esta situação se alterou significativamente. "Amin fechou os canais para as associações"¹⁵ e as ameaças de despejo se multiplicavam em várias áreas da periferia, havendo urna atuação mais efetiva da prefeitura na fiscalização e derrubada de barracos em áreas de ocupação irregular. Com isso, o movimento da periferia em geral, passou a assumir uma posição de maior confronto com a administração municipal.

Em nível interno, do Conselho Comunitário, não há uma posição única a respeito de qual deve ser a atuação do Conselho em relação ao poder público, embora a organização venha configurando um perfil mais independente e crítico em relação ao Estado. Há conflitos, no entanto, quanto às estratégias utilizadas pelas Comissões no encaminhamento de questões específicas, havendo Comissão que ainda tem se prevalecido de mecanismos de influência ou de apadrinhamento no contato com os órgãos governamentais, fugindo do perfil mais geral da organização.

Permanecendo as dificuldades no atendimento das necessidades básicas da população e sendo as conquistas não definitivas (o Centro de Atendimento à Crianças e Adolescentes foi desativado, o desconto das tarifas de luz para população carente - luta que se iniciou na comunidade, foi extinto), começa a emergir no Conselho Comunitário a idéia de que é necessário ultrapassar o caráter

reivindicativo da organização, no sentido de apontar também propostas concretas ao poder público para enfrentar os problemas sociais da comunidade e do município e buscar novas estratégias de ação. Daí a importância à elaboração de emendas populares para a Lei Orgânica do Município, visando garantir algumas reivindicações do movimento.

Embora não se conseguiu mobilizar a maior parte dos participantes do Conselho no movimento pelas emendas populares, observa-se uma evolução em sua dinâmica no sentido de ampliar as ações fundamentadas na contestação e na reivindicação, para a elaboração de propostas alternativas que potencializam mudanças sociais. Nessa perspectiva, as discussões e a proposta de um Centro de Educação, gestada na comunidade ofereceu subsídios para a contribuição de proposições mais genéricas para a educação do município, através das emendas populares.

A respeito da capacidade propositiva, aponta Vigevani (1989: 102-5) que os movimentos sociais urbanos terão uma ação limitada entre os processos de exclusões que vivenciam a sua politização, caso não consigam avançar na capacidade de formulação de propostas de âmbito mais geral (que incidem também sobre o plano local) e que possam ter impacto real, a partir da articulação de forças sociais e políticas que lhe dêem sustentação. A experiência do Mont Serrat, nesse sentido, apresenta algumas possibilidades e a visibilidade na articulação com

outras forças comprometidas com a democratização da vida social, embora de expressão ainda limitada diante da correlação de forças locais.

Algumas Considerações Finais

Com o estímulo e apoio à constituição de diferentes formas organizativas (cooperativas, comissão de educação, comissão de ruas, ...), o Conselho Comunitário vem experimentando novas formas de enfrentar as carências da população e, ao mesmo tempo, inovando formas de socialização entre os moradores.

Com a investigação realizada, foi possível identificar um processo de constituição gradativa de novos referenciais para a ação coletiva que, de um lado, tenta se sobrepor às saídas individuais para a resolução dos problemas, e de outro, superar as práticas comunitárias que se baseiam numa relação de dependência aos organismos governamentais. Essa reorientação se fundamenta no surgimento de novas necessidades que demandam maior autonomia das pessoas e dos grupos, numa reação à reprodução das relações de subordinação e de domínio. Nesse processo os moradores organizados vão se reconhecendo enquanto sujeitos sociais, capazes de projetar autonomamente suas práticas, processo que é contínuo, inacabado, diante das incessantes forças que tensionam para formas mais heterônomas de relações sociais.

A emergência dessas "necessidades radicais", de autodeterminação, ocorre numa dinâmica em que convergem diferentes atores (moradores, agentes pastorais, educadores,

militantes partidários, ...), sistemas de necessidades, ordens de valores, significados e projeções da ação coletiva, onde se torna possível a generalização de valores democráticos. A constituição de uma orientação ética que emerge nesta interação, onde se considera a forte influência das CEBs, tem possibilitado uma reorganização dos trabalhos internos, voltada a uma maior democratização das relações interpessoais e dos processos de decisão, embora a efetivação dessa orientação não tenha sido isenta de ambuidades e contradições.

Por outro lado, tal processo tem gerado uma demanda pela democratização do Estado, no sentido de que os organismos governamentais priorizem ações que atendam os setores da população em piores condições de vida (dentro da concepção de justiça de Rawls), bem como possibilite a participação efetiva desses setores no processo de definição das políticas públicas.

A articulação das organizações e movimentos de moradores para o encaminhamento conjunto de suas demandas ao Estado, tem por base a generalização de necessidades radicais. Esta generalização tem possibilitado a formação de "utopias racionais", na perspectiva da comunidade ou da cidade desejável, e que vem orientando as ações presentes, no sentido de reduzir a defasagem com a realidade atual. No processo de superar a precariedade das condições de vida na periferia e pleitear o reconhecimento e o atendimento ao que concebem com seus direitos sociais, tais redes de organizações e movimentos tendem a ampliar a esfera pública, constituindo-se também enquanto sujeitos políticos.

A experiência analisada. aponta para as possibilidades de uma organização de moradores de transcender uma prática estritamente localizada, ampliando a política para espaços não convencionais (não se desconsiderando a importância dos espaços convencionais da política) com atenção às ambigüidades de uma trajetória não linear e dedutiva de constituição de um sujeito social. Ao mesmo tempo, sugere que a possibilidade democrática e inovadora do movimento está intimamente relacionada com a forma de percepção e constituição de suas necessidades, cuja radicalidade supõe abertura para a criação de novos modos de vida e de relações sociais, pautadas pelos valores de vida e liberdade.

BIBLIOGRAFIA

- ARDITI, Benjamin. Uma gramática pós-moderna para pensar o social.: *Revista Lua Nova*, São Paulo, v. 4, n.3, p. 105-23, jul./set. 1988.
- BARREIRA, Irllys A. F. Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais urbanos. In: KRISCHKE, P. J., MAINWARING, S. *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 131-50.
- BENECKE, Dieter W. La funcion de desarrollo de la cooperativa. In: *Sistemas cooperativos comparados: analisis del contexto de la cooperacion para el desarrollo*. Bonn: Friedrich-Naumann Stiftung, 1982, p. 103-10.
- BETTO, Frei. Da mística e da política: *Cadernos Fé & Política*. Petrópolis, n. 1, p. 23-29, jun. 1989.
- DOIMO, A.M. e BANCK, Gert. *Novas forças, velhos limites?: estudo de caso de um movimento social urbano*. ENCONTRO ANPOCS, Campos do Jordão, 1986, mimeo.
- DURHAN, Eunice R. *Movimentos sociais: a construção da cidadania: Novos Estudos*, São Paulo, n. 10, p. 24-30, out 1984.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977.
- _____. *Teoria de las necesidades em Marx*. Barcelona: Península, 1978.
- _____. *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *A filosofia radical*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HELLER, Agnes e FEHER, Ferenc. *From red to green*. Telos, n. 59, 1984.
- _____. *Anatomia de la izquierda occidental*. Barcelona: Península, 1985a.
- _____. *Sobre os instintos*. Lisboa: Presença, 1985b.
- _____. *O marxismo como movimento cultural*. Lisboa: IDL, n. 4, p. 119-32, out/dez 1986.
- _____. *Política de la postmodernidad*. Barcelona: Península, 1989.
- _____. *Más alla de la justicia*. Trad. Jorge Vizit. Barcelona: Critica, 1990.
- KRISCHKE, Paulo J. e VASCONCELOS, Eliana. *Igreja, motivações e organização de moradores em loteamentos clandestinos*. In: *Terra de habitação versus terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, 1984, p. 57-59.
- KRISCHKE, Paulo J. *As emendas populares à lei orgânica municipal de Florianópolis*. Florianópolis: UFSC, 1990. mimeo.
- _____. *Os movimentos de bairro em Florianópolis na "Nova República": para uma teoria da influência cultural dos movimentos sociais na transição política*. Florianópolis: UFSC, jun. 1990b. mimeo.
- _____. *Church base communities and democratic: change in brazilian society: Comparative Political Studies*, v. 24, n. 2, p. 186-210, jul 1991.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1
- NUNES, Edison. *Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos: Revista lua nova*. São Paulo, n. 17, p. 67-91, jun. 1989.
- PAOLI, Maria Célia. *Trabalhadores e cidadania. Estudos avançados*. São Paulo, v. 3, n. 7, p. 40-66, set/dez 1989.
- SADER, Eder S. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Novos movimentos sociais, a construção da democracia e o papel dos mediadores*. In:

ENCONTRO ANPOCS, *Campos do Jordão*, 1986, mimeo.

_____. *O caráter dos novos movimentos sociais. In: Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América Latina* São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 35-53.

_____. *Redes e mediações nos movimentos populares (um breve resumo): Revista de Ciências Humanas, Florianópolis*, v. 6, n. 9, p. 36-42.

TUCKER, D.F.B. *Marxismo e individualismo. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.*

VIGEVANI, Tulio. *Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. Revista lua nova*, n.17, p. 94-109, jun 1989.

NOTAS

¹ Heller entende que a objetivação é um processo de exteriorização do sujeito, cujo resultado ou produto tenha independência ou vida própria, tornando-se elemento do mundo comum. Nesse sentido, o homem se objetiva no produto de seu trabalho, na linguagem, nos usos e costumes, na arte, na ciência, nos sistemas morais no direito, na filosofia, etc (1977:35; 1985, especialmente p.93-209).

² O autor exemplifica que o aumento da taxa de morbidade infantil, decorrente, entre outros fatores, da água contaminada e da presença de esgotos a céu aberto nas periferias urbanas, não determina a elaboração subjetiva da carência de um sistema de saneamento e de equipamentos de saúde. Sobre esses e outros fatores que compõem a precariedade de vida nas cidades, "é necessário que haja uma atividade do sujeito no sentido de elaborar seu sentimento originado nesta vivência, sem o que não existirá carência alguma". (1989:81)

³ Segundo Durhan (1964:29), "a transformação de necessidades e carências em direitos", que ocorre no

interior dos movimentos sociais, pode ser entendida como um amplo processo de redefinição da cidadania. Também para Paoli (1989:42), a noção de cidadania é claramente reformulada pelos movimentos sociais, considerando o seu sentido político clássico, "enquanto direito à representação pelo voto e às garantias e liberdades civis, tendo como unidade o indivíduo". Entende que na prática desses movimentos, emerge a noção de "cidadania coletiva" na luta pelo reconhecimento público de suas demandas.

⁴ A esse respeito, ver MACHADO, Simone. "O processo de formalização jurídico-institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977-83): um caso de oposição sistemática". Dissertação de Mestrado. UFSC, 1990.

⁵ Cf. Decreto nº 2840, de 16/06/77.

⁶ Cf. Decreto nº 8558, de 20/08/79.

⁷ Cf. depoimento da Coordenadora do CAPROM, jun/90.

⁸ Cf. documentos do CEDEP.

⁹ Para um maior conhecimento sobre essa federação municipal, ver Luchmann, Lígia H. H. "Cotidiano e democracia na organização da UFECO". Dissertação de Mestrado, UFSC, 1991.

¹⁰ Cf. depoimento do Coordenador da Comissão de Produção e Abastecimento, maio/90.

¹¹ Ibidem.

¹² Segundo Benecke (1982:108), as cooperativas na América Latina não têm atendido as expectativas, freqüentemente exageradas, apesar dos lucros alcançados. Isso decorre de algumas dificuldades entre os quais, em nível interno, podem ser ressaltadas: falta de preparação para administrar o trabalho, falta de incentivos, ideologização da cooperação (princípios filosóficos se sobrepõem às exigências operacionais), abertura e dinâmica insuficientes enquanto conquista de novos sócios, utilização de métodos produtivos menos modernos, com menor produtividade.

¹³ Cf. depoimento da tesouraria do Conselho.

¹⁴ O conceito de identidade aqui utilizado enfatiza o seu aspecto relacional, considerando a constituição dessa representação no confronto com o(s)

outro(s), a partir do qual se estabelecem as diferenças (Diógenes, 1988: 3, 4, 15).

¹⁵ Cf. depoimento de um integrante do Conselho.

Palavras-chaves: ação coletiva, associação de moradores, necessidades radicais, ética, democracia.